

# VÁRIOS HORIZONTES: Infra-Estrutura, Habitação E Regionalização Na Capital Mineira

Harley Silva\*  
Pedro Vasconcelos M. do Amaral\*  
Rodrigo Ferreira Simões\*

## Resumo

Belo Horizonte ocupa posição destacada em relação à qualidade de vida entre as capitais brasileiras. Há, entanto, desigualdades regionais no acesso da população ao atendimento de suas necessidades de consumo coletivo como transporte, habitação, saúde e outras amenidades urbanas providas em geral pela ação do poder público. Para discutir a segregação no contexto de infra-estrutura domiciliar, apresentamos neste trabalho uma regionalização do município de Belo Horizonte baseada exclusivamente nessa dimensão. O recorte territorial da cidade e geração de conglomerados espaciais a partir de dados censitários e da técnica de árvore geradora mínima e do algoritmo *skater* resultou em sete regiões homogêneas. Os resultados encontrados evidenciam as disparidades regionais no acesso à infra-estrutura.

**Palavras-chave:** Belo Horizonte, disparidades regionais, conglomerados espaciais.

**Seção temática:** D5 – População e políticas públicas em Minas Gerais

---

\* Mestrando em Demografia pelo Cedeplar / UFMG.

\* Mestrando em Economia pelo Cedeplar / UFMG.

\* Professor de Economia do Cedeplar / UFMG.

# Vários Horizontes: infra-estrutura, habitação e regionalização na capital mineira

Harley Silva\*  
Pedro Vasconcelos M. do Amaral♦  
Rodrigo Ferreira Simões♦

## Introdução

Belo Horizonte acaba de completar 110 anos de existência. O município que o engenheiro Aarão Reis vislumbrou para abrigar 200 mil pessoas em seu ápice de ocupação (Paula e Monte-Mór 2000) chegou ao seu centenário em 2007 com mais de 2,3 milhões de habitantes.

A cidade ocupa posição destacada em estudos que avaliam a qualidade de vida entre as capitais brasileiras. Os números médios de acesso à infra-estrutura, saneamento e habitação são superiores em relação à média dos municípios do estado e do país.

Há, porém, desigualdades regionais sutis, e outras nem tanto, no acesso da população ao atendimento de suas necessidades de consumo coletivo como transporte, habitação, saúde e outras amenidades urbanas providas, ou não, pela ação do poder público. A distribuição segregada dos grupos sociais no espaço e seu conseqüente acesso diferenciado ao poder público e ao planejamento faz com que a capital mineira por vezes apareça como “metrópole segregada” (Mendonça, 2003).

Planejar e intervir no espaço urbano são ações capazes de reforçar ou reverter tendências de desigualdade. Muito se ouve contra ações governamentais de transferências de renda ‘a população desfavorecida. É incomum, porém, que nos lembremos da advertência de Harvey (1980), que ao intervir no espaço urbano, o poder público está, no mínimo, alterando a escala de valores imobiliários entre regiões e logo contribuindo para a mudança de valor do patrimônio de pessoas ou grupos dentro da cidade ou deixando de fazê-lo pela decisão de onde, quando e como intervir.

O momento em Belo Horizonte é de mudança. Se isso parece truísmo, não é tanto se olharmos com mais vagar. A cidade vive um grande ciclo de obras públicas – talvez o maior das últimas duas décadas – com a implantação de novos equipamentos urbanos em pelo menos três das principais vias da cidade. Vive ainda, conjugada e simultaneamente, o “deslocamento” do aeroporto da cidade. Grandes mudanças devem advir daí. Parece haver, portanto, uma boa ocasião para conhecer e refletir sobre a cidade. Avaliar o momento e também a mudança no tempo da infra-estrutura da cidade ajuda a definir ações presentes e futuras. Uma das dimensões desse conhecer pode advir do olhar detalhado sobre a atual divisão – ou regionalização – administrativa da cidade. Pois esta *esconde* processos díspares em curso e que devem vir à tona, especialmente no momento de divulgação do próximo censo demográfico brasileiro<sup>1</sup>.

Para tanto, utilizando o método de geração de conglomerados espaciais a partir da técnica de árvore geradora mínima e do algoritmo *skater*, apresentamos neste trabalho uma regionalização do município de Belo Horizonte baseada exclusivamente no acesso domiciliar à infra-estrutura. O recorte territorial da cidade em sete regiões homogêneas fornece insumos para uma caracterização de suas desigualdades sócio-espaciais e possibilita inferências em relação à adequação da divisão atualmente adotada pela administração municipal para compreender essa questão.

\* Mestrando em Demografia pelo Cedeplar / UFMG.

♦ Mestrando em Economia pelo Cedeplar / UFMG.

♦ Professor de Economia do Cedeplar / UFMG.

<sup>1</sup> Bom é lembrar que o próximo censo brasileiro que – esperamos – vai campo em 2010 deve inaugurar um novo momento no que tange a disponibilidade de informações passíveis de espacialização. Tempo de nos acostumarmos com a *spatial turning*, i.e., a definitiva incorporação do espaço como dimensão de análise em ciências sociais (Soja 2001, Monte-Mór 2001).

Antes de refletirmos sobre o recorte regional de Belo Horizonte, faz-se necessário focarmos a própria definição de região. Ou ainda, antes, há que se discutir e pensar o espaço regionalizado em termos conceituais e metodológicos, com enfoque nas condições, possibilidades e objetivos de determinado processo analítico de parcialização do espaço.

Este trabalho é dividido em cinco partes, além desta breve introdução. A primeira discorre sucintamente sobre a questão da regionalização e dos recortes territoriais. Em seguida, apresentamos um breve histórico da origem das regionais de Belo Horizonte, seu processo de ocupação e conformação. A terceira seção apresenta a metodologia e a base de dados que adotamos neste trabalho para chegarmos à regionalização apresentada na quarta seção, que discute os resultados encontrados. Por fim, na quinta seção, tecemos nossas considerações finais.

## 1. Regiões e regionalização: abordagem teórica

Para se discutir o acesso regional à infra-estrutura urbana e mais ainda a adequação das atuais regionais administrativas de Belo Horizonte para abordar a questão, é necessário antes compreender o que leva ao recorte de um território em sub-regiões e os processos que esse desenho sub-territorial pode criar, apreender ou segregar.

Recortar o espaço urbano em regiões parte do ensejo de organizar o território e possibilitar maior eficiência ao aparato público de administração do município. Não se pode, porém, pensar a regionalização como simples desenho de fronteiras baseado em paisagens naturais puras. Neste contexto, o espaço deve ser visto como a interação entre a paisagem e a atividade humana, que se apropria desse espaço natural, tornando-o ao mesmo tempo espaço social, político, econômico e social. Assim, a região adquire dimensão técnico-econômico-cultural (Cunha et al., 2005).

“O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas à produção de projetos, isto é, com vista à política (...), deve-se tomá-lo como território usado” (Santos, 1999).

Portanto, o conceito de região não deve ser visto como um dado da geografia física, mas como resultado da ação humana, produto cultural e criação histórica. O espaço, portanto, não se desconecta do tempo, nem assume forma/função de simples palco das relações sociais. Ao contrário, é produto histórico e social, continuamente produzido, reconfigurado e transformado. É ao mesmo tempo fator organizador e expressão das ações sociais coletivas (Brenner, 1998).

Nessa perspectiva, a *região* deve ser compreendida a partir de ao menos três dimensões complementares (Albagli, 1999):

- a) Enquanto localização das atividades econômicas e sociais, do ponto de vista econômico;
- b) Como espaço de interação social, do ponto de vista micro-sociológico;
- c) Correspondendo a um sentido de lugar, com a ligação do sujeito com o espaço habitado, do ponto de vista antropológico e cultural.

A região é, então, mais que uma realidade empírica. É também representação e produção social. Como as sociedades estão continuamente a se inventar e reinventar, construindo a si mesmas ao mesmo passo em que moldam seu espaço, a região é a apropriação multiescalar do espaço. Escalas entrelaçadas e interdependentes, que contêm e também são produzidas por relações sociais, dentro de fronteiras territorial-organizacionais, definidas socialmente.

Assim, o recorte territorial e administrativo de uma cidade ou município é manifestação multiescalar, pressuposição histórica, produto das relações sociais e mediador da organização capitalista. Parafraseando Guimarães Rosa, Belo Horizonte são muitas. O município é mais que simples

manifestação do processo de territorialização do capital. Cabe assim a distinção entre duas “cidades”, ou dois pontos de vista para a compreensão da cidade:

“(…) a cidade, realidade presente, imediata, dado prático sensível, e, por outro lado, o urbano, realidade social composta por relações a conceber, a se construir ou reconstruir pelo pensamento” (Lefèbvre, 1973, *apud* Cunha *et al.*, 2005, p.14).

Por sua vez, o espaço produzido serve como uma ferramenta de pensamento e ação, podendo até mesmo funcionar como meio de controle, dominação ou poder (Lefèbvre, 1991). Como processo multiescalar, a região abre-se à idéia de regionalização como ação analítica com objetivo e enfoque específicos. Assim, a definição de um conceito único de região perde o sentido, aparecendo como ponto chave a definição dos princípios ou motivações que promovem a segmentação analítica do espaço. Não só o desenho, mas também a escala ou abrangência da regionalização devem ser, portanto, definidos de acordo com sua finalidade.

“Dito em outras palavras, o que se coloca em jogo ao tomar região como algo importante é qual o processo natural/político/econômico/social se pretende analisar/avaliar/estudar/entender ao segmentar um espaço qualquer em sub-espacos (regiões) específicos. (...) Região é, portanto, tudo aquilo que delimitamos como tal, isto é, tudo dependerá do fim, do objetivo que norteia a segmentação do território” (Cunha *et al.*, 2005, p.7).

Uma vez que os processos sociais não são estáveis ou imutáveis, a região, recorte regional rígido, só faz sentido como produto social se contextualizada em determinado momento histórico. Como demonstra Perroux (1967), a regionalização de um espaço não é mais que uma fotografia de determinado período no tempo. Fotografia estática de um fenômeno social dinâmico, motivada por objetivos específicos e fadada a caducar. Assim, a contradição entre rigidez e mobilidade impõe à administração pública a necessidade de se pensar novas estratégias políticas que considerem a potencial mutabilidade das escalas geográficas e sua rigidez provisória, uma vez que o poder de transformar as escalas em aparatos territoriais estáveis pode servir não só para excluir ou dominar, mas também para *desenvolver e incluir* espaços geográficos (Brenner, 1998).

Para Boudeville (1969) a definição de um recorte regional pode ser baseado em três dimensões básicas: i) homogeneidade, referente aos atributos descritivos do espaço-região; ii) interdependência, referente à funcionalidade ou complementaridade desse espaço; iii) região-programa, que seria um espaço econômico contíguo onde se concentram determinadas decisões ou programas, públicos ou privados.

O conceito de região homogênea é, para o autor, a noção ao mesmo tempo mais clássica e mais simples do processo de regionalização. Corresponde a um espaço contínuo com características tão semelhantes quanto possível. É a definição do conceito de semelhança que baliza o produto do recorte regional a partir de sua motivação.

Já a região definida por interdependência, ou região polarizada, caracteriza-se pela heterogeneidade. É a complementaridade, advinda das diferenças, que possibilita um intercâmbio funcional. Esta interdependência é por vezes manifesta pelo intercâmbio de bens e serviços entre as regiões. Uma vez que bens e serviços possuem diferentes graus de complexidade, assim também são as relações inter-regionais. De acordo com Christaller (1966), os diversos graus de complexidade, ou centralidade, dos bens e serviços ofertados resultam em relações urbanas hierarquizadas, formando redes urbanas polarizadas por um núcleo principal, chamado lugar central. Tem-se assim um sistema de regiões, rede inter e intra-urbana, cuja caracterização e forma não são fortuitas, mas oriundas de relações sócio-espaciais definidas.

Ainda segundo Boudeville (1969), o interesse supremo da regionalização, seja ela baseada na homogeneidade ou na interdependência, é esclarecer uma política ou um conjunto de ações planejadas e ajudar a construir uma região-programa de forma mais aprimorada possível. Ou seja, as regionalizações, sejam baseadas em atributos semelhantes ou heterogêneos, constituem elementos estáticos de análise colocados à disposição para a formulação de uma região-programa.

Por região-programa se entende um espaço contíguo cujas partes se encontram na dependência de uma mesma decisão. Ou seja, uma região-programa não é mais que um mecanismo ordenador do território de inspiração prospectiva, cujo objetivo é facilitar a atuação de uma instituição, de escala e abrangência superiores. “Representa um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade, sediada ou não sediada na região, a fim de que seja atingida uma meta econômica determinada” (Boudeville, 1969, p. 17). Situar o problema econômico e social a ser trabalhado em contexto regional requer a adoção de critérios sobre os quais será pautada a regionalização. A definição dos critérios para o desenho das fronteiras é tarefa complexa, pois são eles que definirão a efetividade e utilidade do zoneamento, e se este irá, ou não, atender a necessidade que levou à sua motivação.

Assim como o processo de reprodução social é multifacetário, os critérios em que uma regionalização se baseia também o devem ser. O desafio de pensar a cidade em toda sua complexidade requer a consideração de atributos que vão desde suas características físicas, como topografia, à percepção da população dos diversos espaços da cidade. Devido a essa complexidade, não é possível a compreensão de mais que parte da realidade: a escolha é inevitável. Limitamos aqui nossa reflexão às condições de infra-estrutura domiciliar em que vive – ou que vivia no início da década, como iremos referir adiante – a população nas diferentes regiões (ou regionais) da cidade de Belo Horizonte. Entretanto, é útil, antes, revermos o processo de ocupação e conformação das regionais atualmente adotadas pela administração municipal, visando contextualizar historicamente nossa análise.

## **2. Planejamento e ordenação urbana em Belo Horizonte: origem e conformação das Regionais Administrativas do Município de Belo Horizonte**

O município de Belo Horizonte é dividido administrativamente em nove regionais. São elas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. O surgimento e institucionalização destas subdivisões administrativas no município é o resultado conjunto de processos sócio-espaciais diversos entre os quais se destacam a intervenção do poder público, a dinâmica do capital produtivo e imobiliário e os movimentos demográficos internos e externos ao município. Todos estes, certamente, em interação com a herança histórica do espaço da capital do estado, seja antes ou depois da construção desta, cujas peculiaridades muito já se disse e escreveu sobre (Barreto, 1996).

A diferenciação espacial explícita, e de certa forma a exclusão de grupos com os quais o estado ou a “boa sociedade” não se preocuparia ou não queria ter por perto, está de certa forma inscrita na própria criação da capital mineira<sup>2</sup>. Desde o princípio, permanecer como residente próximo à cidade formal significou para muitos – inclusive e principalmente aqueles cujo trabalho ajudou a erguer a cidade – conviver com o acesso insuficiente ou inexistente a serviços, equipamentos coletivos e infraestrutura (Paula e Monte-Mór, 2000). A permanência desta herança concorreu para materializar realidades diferenciadas dentro do município: disparidades sócio-econômicas (emprego e renda), acesso desigual à infra-estrutura, saúde, segurança pública, serviços, dentre outros tantos aspectos que se poderia listar.

---

<sup>2</sup> Sabemos que o projeto de Aarão Reis incluía o deslocamento completo da população original do Arraial de Belo Horizonte para longe da cidade planejada e que o traçado original da cidade criava espaços “de 1º e de 2º categoria”. Ver Paula e Monte-Mór (2000), p. 36.

Tendo como referência o núcleo da cidade planejada pelos construtores, o espaço da capital se constituiu em sucessivas rodadas de expansão do tecido urbano; ora direcionado pelo investimento público em infra-estrutura viária e de transportes, ora respondendo a instalação de plantas industriais, colocando em marcha um processo de integração dos espaços proto-urbanos e rurais que pré-existiam à criação da Cidade de Minas, como foi chamada a capital quando de sua instalação, e também com os núcleos urbanos mais antigos, como Sabará e Santa Luzia, aos quais a capital aos poucos tomara territórios e áreas de influência, subordinando-os finalmente à lógica e dinâmica do espaço metropolitano (Cerqueira e Simões, 1997).

Neste processo, as “regiões da cidade se desenvolveram como áreas de ‘vocações’ distintas, formando espaços industriais, residenciais, de comércio, de serviços, lazer e outras” (PBH 2003). Além do que, no âmbito de suas relações com o entorno e em sua condição de capital, pólo econômico do estado e núcleo de região metropolitana, o município tem suas regiões limítrofes marcadas pela interação com os municípios vizinhos, como os quais forma, em geral, áreas fortemente conurbadas, ali onde a infra-estrutura de serviços atende de forma quase indistinta moradores de diferentes municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) (PBH, 2003).

A trajetória de Belo Horizonte em seus 110 anos de existência passou por momentos de altos e baixos no ímpeto de planejamento e gestão da dinâmica urbana. Tais movimentos de sístoles e diástoles da atuação do planejamento também marcaram, pela presença e pela ausência, a conformação espacial e o acesso da população à infra-estrutura e às condições de sua produção e reprodução material.

Paula e Monte-Mór (2000) distinguem “três invenções” da cidade, nas quais pode-se divisar três momentos onde prevalece ou se ausenta algum tipo de intervenção do planejamento, assim como a direção assumida pela ação deste. A primeira, chamada *invenção política*, é a própria criação da cidade, como símbolo de um *novo momento*, cidade de traçado cartesiano, racional, ícone da emergência da República, ação simbólica de ruptura, ou descontinuidade pretendida, com o passado colonial-monárquico que pairava sobre Minas e sua antiga capital, Ouro Preto. A segunda, a *invenção mercantil*, “a privatização de serviços, o domínio dos interesses econômicos, a modernização e verticalização da cidade, expansão da infra-estrutura material e industrialização”. Finalmente a terceira, *invenção social*, onde emergem, com a redemocratização do país, a possibilidade e exigência do planejamento urbano norteado não só pela racionalidade vertical e/ou mercadológica do planejador, mas igualmente pela ação política, mobilização popular, onde o cidadão pode ser não apenas objeto ou “cliente” da ação, mas também seu agente e co-ordenador (Paula e Monte-Mór, 2000).

Neste contexto de transformação do sentido e das exigências da prática de planejamento urbano, cabe refletir sobre a pertinência da ordenação regional adotada pela administração do município no correr das últimas décadas. Essas unidades regionais comportam um contingente populacional amplo e diverso quanto a condições socioeconômicas e demográficas, assim como condições espaciais e ambientais várias. Uma análise das condições internas de homogeneidade/heterogeneidade destas divisões regionais ou da fluidez de seus limites no tocante às condições de acesso à infra-estrutura urbana pode contribuir para novas rodadas de ação do poder público, voltadas à superação tanto das disparidades, como das situações de exclusão e vulnerabilidade as quais estão submetidas diversas áreas da cidade. A visão *en bloc* destas áreas dentro dos limites de cada regional pode não ser a mais adequada para perceber necessidades locais e subsidiar a ação. Pode-se chegar ao caso limite em que seja necessário pensar o desmembramento ou recomposição do território de algumas destas unidades.

O instrumento analítico disponível com melhor alcance são os dados do Censo Demográfico, publicados pelo IBGE. Infelizmente este, como se sabe, foi levado a campo pela última vez em julho do ano 2000, estando, portanto com séria defasagem decorridos oito anos até o presente momento. Ainda assim, nesse fim de década, próximo à realização de nova pesquisa censitária, vale a pena interrogar mais uma vez os dados disponíveis, à luz das informações consolidadas do passado, já sabidas e incorporadas, e incluir perguntas novas à luz de processos recentes.

O histórico de criação das Regionais Administrativas do município remonta aos anos 1970: no ano de 1973 “foram criadas as Administrações Regionais do Barreiro e de Venda Nova, visando a descentralizar vários serviços prestados pela Prefeitura de Belo Horizonte, e facilitar a vida dos moradores da região”. Note-se que são justamente as regiões situadas nos extremos do território da capital e onde existiam originariamente núcleos de ocupação pré-instalação da capital. Doze anos mais tarde, com a Lei Municipal 4158 de 16 de julho de 1985, efetivada no ano de 1987, ocorreu a criação das outras Regiões Administrativas em Belo Horizonte. A região de Venda Nova foi desmembrada, dando origem à atual área da Regional Venda Nova, à Regional Norte e a uma parte da Regional Pampulha. Com a Reforma Administrativa implantada em dezembro de 2000, as regionais foram redefinidas como Secretarias Municipais da Coordenação de Gestão Regional.

Não se trata aqui de analisar o caráter das Regionais Administrativas como entes administrativos públicos. Nosso objetivo é tão somente investigar se as características de acesso à infra-estrutura em serviços básicos de saneamento, condições de habitação, dentre outras, de cada uma dessas áreas ainda as definem como regiões homogêneas, ou se já no ano 2000 havia outros recortes geográficos mais pertinentes para o ordenamento do território da capital a partir das dimensões de análise que acabamos de mencionar.

A fim de partir de um conhecimento da realidade de cada Regional, vejamos as linhas gerais de como se conformou o espaço urbano da capital em cada uma de suas regionais administrativas e em seguida alguns aspectos sócio-demográficos da configuração atual.

## **2.1. Formação histórico e institucional das Regionais Administrativas<sup>3</sup>**

### *Regional Centro-Sul*

A formação da Regional Centro-Sul confunde-se com a história da própria Capital. A Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), nomeada no ano de 1894 pelo governo do Estado de Minas Gerais deveria planejar e erguer a nova capital do estado na localidade denominada Arraial de Belo Horizonte, antigo Arraial do Curral Del Rei. O pequeno povoado estava fadado a desaparecer, cedendo lugar à capital moderna, em nome do progresso, do futuro; projeto político, projeto econômico, utopia republicana liberal e positivista.

Na visão dos defensores da mudança que viraria a página da história colonial no Estado, até a topografia da cidade, cravada entre serras, aparecia com empecilho ao seu crescimento. A nova capital deveria, portanto superar racionalmente tais obstáculos, traçada com vias largas de desenho retilíneo e cartesiano. Pautada neste ideário foi projetada a cidade, cujo espaço seria dividido em três zonas: urbana, suburbana e rural.

A zona urbana da cidade seria interna a Avenida do Contorno, limite claro da cidade oficial, espaço do poder, em cuja extensão, foram planejadas e construídas a sede do governo estadual, as secretarias de Estado e as moradias dos secretários e altos funcionários de Estado. A área suburbana abrigaria, segundo o plano, sítios e chácaras. A área atual da regional Centro-Sul abarca a extensão do que foi a zona urbana interna ‘a Avenida do Contorno, a parte sul da área suburbana e ainda uma faixa da zona rural (Sul).

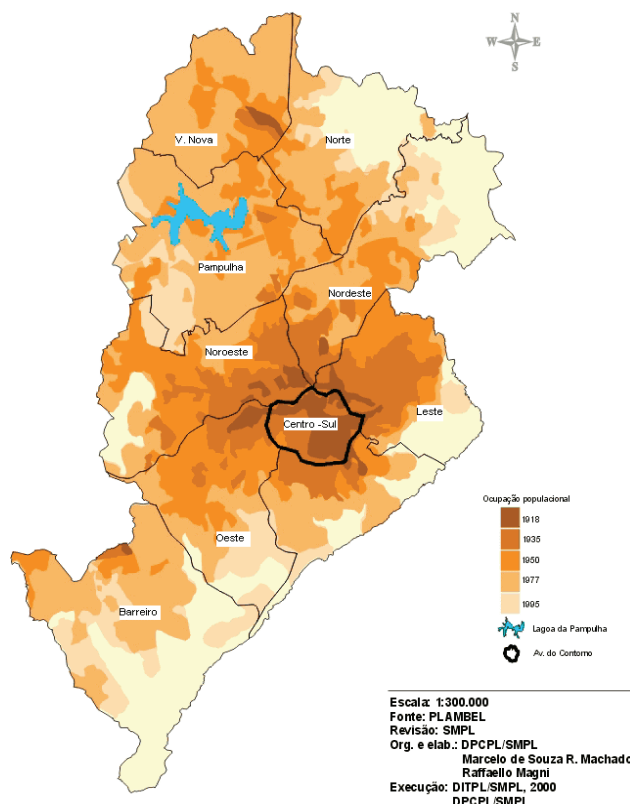
Grandes mudanças econômicas tiveram lugar na capital mineira a partir dos anos 1930. Essas caminharam em dois sentidos, em novos investidas no planejamento e ordenamento do território fora dos limites da cidade planejada, refletida em várias obras de expansão da infra-estrutura viária<sup>4</sup> e no esforço de industrialização da capital. Na região central esse processo implicou forte verticalização,

---

<sup>3</sup> As informações desta seção seguem as informações fornecidas pelo Anuário Estatístico de Belo Horizonte, em suas versões publicadas em 2000 e 2003 pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH 2000, 2003).

<sup>4</sup> Simbólicas são as aberturas das avenidas Silvano Brandão, Pedro II, Tereza Cristina e Francisco Sá (Paula e Monte-Mór 2000).

com o erguimento dos primeiros “arranha-céus” da cidade como o Edifício Ibaté e o prédio da Feira de Amostras (Paula e Monte-Mór 2000). “Muito da arquitetura dessa região Centro-Sul, que conhecemos hoje, começou a ser esboçada na década de 1940. Prédios do início do século foram substituídos por verdadeiros espigões. A partir daí, Belo Horizonte iniciou seu processo de verticalização com grande vigor, constituindo-se a metrópole que hoje conhecemos, resultado da fusão do velho e do novo” (PBH 2003).



**FIGURA 1: Evolução da mancha urbana no território de Belo Horizonte, 1918-1995**  
 Fonte: PBH 2000

### *Regional Leste*

O desenvolvimento dos bairros da Regional Leste liga-se intimamente à construção de Belo Horizonte. Sendo área contígua a Avenida do Contorno, esta região da cidade se integrou cedo à dinâmica criada pela criação da nova capital, podendo ser considerada uma das mais antigas da cidade. Ali se desenvolveram alguns dos bairros que se tornaram tradicionais na cidade tais como Floresta, Santa Tereza, Sagrada Família, Santa Efigênia, se originaram ainda nos anos da construção da nova Capital, e sua expansão posterior deu origem a novos bairros como Colégio Batista, Horto, Novo São Lucas, Instituto Agrônômico, entre outros.

Esta proximidade com a região central concorreu para a valorização imobiliária dos bairros da Regional Leste, que é hoje uma das mais valorizadas tanto em termos comerciais como residenciais, na capital mineira. Um exemplo é o bairro Floresta, o mais antigo da região. Abrigava a princípio residências simples onde habitaram os operários da comissão construtora da Capital. O bairro cresceu rapidamente, impulsionado por sua proximidade com o centro da Capital, com novas e modernas construções. Lembremo-nos que havia restrição à instalação de certos grupos e atividades dentro do perímetro da Contorno. Sendo assim era bastante natural que as regiões contíguas viessem a receber



ocupação muito rapidamente, como de fato ocorreu<sup>5</sup>. Foi neste bairro a primeira construção realizada fora do perímetro da Av. do Contorno, o Palacete do Conde de Santa Marina, hoje cenário de diversas atividades culturais. A partir da década de 1930, o comércio da região ganha novo impulso, principalmente ao longo das avenidas do Contorno e Assis Chateaubriand, então chamada Tocantins (PBH 2003).

Processos deste gênero contribuíram para dar à cidade novos núcleos regionais de atividades e serviços, assim como outras áreas residenciais da preferência dos que se despediam aqui e ali de seu antigo endereço, expulsos pela especulação ou pelo adensamento do trânsito, premiado pela elevação da renda, e assim por diante. Multiplicaram-se novas *praças*, onde se desenvolveram novas e antigas atividades econômicas, políticas, e culturais (PBH 2003):

"As antigas periferias, múltiplas e diferenciadas, tendem cada vez mais a constituírem novas centralidades sócio-espaciais, com identidades e autonomias relativas, a medida que o tecido urbano-industrial se equipa para receber as atividades econômicas em franco processo de descentralização" (Paula e Melo Monte-Mór 2000)

Não se deve esquecer, no entanto, de que Belo Horizonte permaneceu vivendo sob uma forte concentração de atividades e serviços na área central. O fenômeno se verificava com força já na primeira metade do séc XX, se prolongando pelo restante do século,

"Salvo algumas exceções, quase todos os bairros vivem em relações diretas com o centro comercial" (Barbosa, 1967, p. 28; apud Paula e Melo Monte-Mór 2000, p. 40)

até o presente

"Tomando a Região Central do município (Centro, Savassi, Francisco Sales e Barro Preto), temos que estas ... apresentam-se com uma hierarquia urbana superior em *todos* os ramos dos serviços no município, concentrando 48% do faturamento do total dos serviços da cidade" (Simões *et al.*, 2006).

### *Regional Nordeste*

Como já se disse, Belo Horizonte veio a ser a primeira cidade planejada e executada após a instalação do regime republicano no Brasil. A comissão que conduziu sua construção e inauguração em 1897 previa uma população de menos de 200 mil habitantes no interior de sua Zona Urbana, dentro do perímetro da Avenida do Contorno. Para além dela, estariam os cinturões formados por sua Zona Suburbana e suas Colônias Agrícolas. No início da segunda década dos 1900, no entanto, a mancha urbana extravasava este limite se prolongando por bairros que se formaram no entorno, tanto na direção da futura Regional Leste - Floresta, Santa Tereza - como em outras direções, com destaque para a região da Lagoinha.

Os ventos de mudanças que soprariam sobre os rumos da administração da capital a partir da década de 1930 estavam voltados para dar ordenamento ao espaço econômico local no sentido de permitir o crescimento econômico. Isso implicava tanto permitir a produção quanto a reprodução capitalistas, incluído o fornecimento de condições gerais de produção e meios de consumo coletivo, entre os quais acessibilidade, transporte público e habitação<sup>6</sup> (Paula e Monte-Mór 2000). Estes se

---

<sup>5</sup> "...temos os seguintes dados pra a distribuição da população por zonas residenciais no ano de 1912. De um total de 38.842 habitantes a zona urbana [interna a Contorno] respondia por 32% (...). [Do] restante da população estava distribuído pela zona suburbana [com] 38% e zona rural [com] 30% do total. O crescimento que havia sido planejado para ocorrer de dentro para fora acabou por tomar o sentido inverso" (Gough 1994, p. 19; apud Paula e Monte-Mór 2000).

<sup>6</sup> Segundo Aguiar (2006), "entre setembro de 1923 e setembro de 1929 foram verificadas e aprovadas pela prefeitura subdivisões com área total de 2.418 hectares, 68% a partir de setembro de 1926. A própria prefeitura havia executado, a pedido dos interessados ou para atender a demandas do governo mineiro, a subdivisão de 433 hectares entre 1926 e 1929. Portanto, a área total subdividida em toda a cidade alcançou, entre 1923 e 1926, os 2.851 hectares. O número total de lotes nessas subdivisões aprovadas a partir de 1923 seria 43.570." (p. 378). Essa enormidade de lotes cobre quase todas as áreas da cidade e certamente alguma parte já estava ocupada a algum

materializariam graças aos investimentos públicos, com os quais a cidade consolida um padrão de crescimento da periferia para o centro. Além disso, o fenômeno de valorização da terra contribuiu permanentemente para a realocação tanto da população de baixa renda quanto das atividades produtivas com exigências especiais de localização ou intensivas no uso de espaço, para áreas mais afastadas do centro. Este processo parece ser o que dá sentido à ocupação das áreas que hoje formam as Regionais Administrativas não tão contíguas ou de fato afastadas da região central planejada, entre as quais a Regional Nordeste.

A formação dos primeiros bairros desta região reflete essas mudanças. Fazendas que ocupavam a área começaram a ser loteadas, transformadas em áreas de habitação popular. Para ali se dirigiam famílias de trabalhadores e operários da construção civil, migrantes da área rural, entre outras famílias de baixa renda, excluídas da área central. Na ausência de marco regulatório e políticas de ordenamento da ocupação que obrigassem os empreendedores imobiliários e o poder público a prover os novos loteamentos de infra-estrutura básica, o crescimento espontâneo destes bairros se deu em meio à falta de planejamento urbano e a inexistência de serviços básicos como água potável, esgoto e vias de acesso.

Forte vetor na ocupação da Nordeste foi a instalação de plantas industriais têxteis. Pelo menos dois casos merecem destaque: a instalação da Fábrica de Têxteis Cachoeirinha e da Fábrica de Tecidos Renascença<sup>7</sup>, ambas instaladas na R. Nordeste na década de 1930, e que ajudaram a formar o perfil da ocupação da região por famílias de operários que ali trabalhavam.

Ainda na mesma época, década de 1930, têm origem outros bairros populares, como o União, originalmente conhecido como Vilas Reunidas, em função de seu processo de formação; Cidade Ozanan, cuja instalação se relaciona a instalação da Sociedade São Vicente de Paula; na década dos 50 os bairros Ipiranga e Campos Elíseos. Na década seguinte, entretanto, a instalação dos bairros Cidade Nova, Nova Floresta e Silveira<sup>8</sup>, representam um novo perfil de ocupação, marcando a entrada das famílias de classe média na região. Notadamente, o bairro Cidade Nova veio a se firmar como uma das regiões mais bem providas de oferta de serviços em toda a capital (PBH 2003).

A mudança no perfil de ocupação da região, de um reduto de bairros operários para uma região de infra-estrutura e oferta de serviços consolidada, ocupada por famílias de classe média, passa pela reestruturação da malha viária, com a abertura a avenida Cristiano Machado. O sistema viário que girava em torno da Rua Jacuí, que vinha ser também a ligação viária com o município de Santa Luzia, teve seu eixo alterado com a realização de grandes obras viárias, especialmente o túnel da Lagoinha e a avenida Cristiano Machado. Só isso bastaria para por em marcha uma forte reestruturação urbana e valorização imobiliária na região. Nas duas últimas décadas, a expansão do trem metropolitano, ao lado de grandes investimentos privados - dois *shopping centers*, um hipermercado, um hotel cinco estrelas ao lado do qual se ergueu um grande condomínio vertical de luxo e, finalmente, a instalação de pelo menos dois grandes *campi* de universidades privadas - dão à região Nordeste um dinamismo peculiar. Não por acaso um destes *campi* se instalou no terreno e imóveis de uma das antigas fábricas de tecidos. O outro em um amplo terreno ocupado por uma estatal de telecomunicações privatizada nos anos 1990 e finalmente, o hotel ocupa hoje o que foi no passado o terreno de um curtume, antes um fator de repulsão, agora de atração, para residências de alto padrão. A instalação deste hotel na região, por seu turno, foi o primeiro lance de um rápido processo de re-localização de empresas do ramo que deixaram

---

tempo. Seja como for, o esforço de regularização é significativo das novas demandas e da necessidade de regulação do território dentro do espírito que mencionamos.

<sup>7</sup> Segundo dados de Aguiar (2006), a Cia. Mineira de Fiação e Tecelagem possuía uma área de 34,5 hectares que deu origem à chamada Vila Cachoeirinha, cujo loteamento em 32 quarteirões e 625 lotes, foi aprovado em 16/01/1930. Esta vila, que daria origem ao bairro Cachoeirinha, certamente foi marcada pela presença de famílias cujos membros trabalharam na empresa, como é o caso da família do avô paterno de um dos autores.

<sup>8</sup> A chamada Vila Silveira, que daria origem aos bairros da Graça, Cidade Nova, e ao próprio terreno da Av. Cristiano Machado, eram parte da fazenda de José Cândido da Silveira, formado por 29,4 há, desmembrado em 36 quarteirões, 624 lotes, aprovado em 13/11/1929 (Aguiar 2006).

de privilegiar a região central como local de instalação. Notamos aí em plena operação as forças de reestruturação do espaço, que tanto operam em nível local quanto lidam com grandes tendências do mercado regional e até nacional.

### *Regional Noroeste*

O território onde hoje se localiza a Regional Administrativa Noroeste foi ocupado, inicialmente – pelo menos suas áreas mais próximas à área central – por imigrantes e operários transferidos à cidade para trabalhar na construção da capital. Como se sabe, e como se repetiria em outros contextos de construção de cidades no Brasil, os planejadores não se preocuparam em estruturar espaços onde os trabalhadores pudessem se instalar ao fim de sua participação na construção da cidade.<sup>9</sup> Já no período entre 1893-1897 houve um crescimento populacional que desencadeou o surgimento das primeiras favelas da cidade. É neste contexto, por exemplo, que tem origem na região da Lagoinha a Pedreira Prado Lopes (PBH 2003).

No período de 1935-1951, a cidade viveu o já citado retorno dos investimentos públicos, praticamente inexistentes desde o ciclo de construção inicial. Algumas grandes intervenções urbanas foram conduzidas no contexto do mencionado esforço do poder municipal para a superação da estagnação econômica em Belo Horizonte e no Estado como um todo.<sup>10</sup> Nesse âmbito vieram a ocorrer a abertura das avenidas Pedro II e Tereza Cristina, Silviano Brandão, alargamento da Assis Chateaubriand e Francisco Sá, estas no ciclo de ações Comissão Técnica Consultora da Cidade, instalada em 1934 sob condução do engenheiro Lincoln Continentino. O ciclo prosseguiria na gestão de Juscelino Kubistchek (1940-1945) com o projeto urbanístico do Conjunto Arquitetônico da Pampulha, a abertura da Av. Antonio Carlos, construção do Conjunto Habitacional do IAPI, marcadas pela participação do arquiteto Oscar Niemeyer (PBH 2003).

Note-se que essas ações definem as linhas do avanço da cidade nas direções oeste e especialmente norte, com a Pampulha, o que juntamente com o processo já descrito de ocupação no eixo Cristiano Machado iriam levar a integração da região de Venda Nova na dinâmica do mercado (de trabalho, imobiliário, etc.) da capital.

Nos anos 1970, a implantação da Via Expressa – alargamento e expansão da Avenida Tereza Cristina no sentido centro-oeste - ajudaria a definir o perfil da região trazendo melhorias, principalmente, para os bairros Coração Eucarístico, Caiçara e seu entorno. No caso do bairro Coração Eucarístico houve a consolidação da instalação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), maior universidade não-pública do estado. A universidade vinha em processo de instalação desde o final da década de 1950, quando foi reconhecida oficialmente a passagem do antigo Seminário Coração Eucarístico à condição de instituição de ensino superior, sob a liderança do arcebispo da capital, Dom. Cabral (PBH 2003). A instituição viria a se instalar definitivamente nas dependências do antigo seminário em 1967. Essa instalação contribuiria para fortes transformações da demanda imobiliária e comercial da região, como é peculiar em áreas onde há grande circulação de estudantes de ensino superior.<sup>11</sup>

Assim como no caso da Regional Nordeste, houve no início da década de 1990 a construção de um *shopping center* nas proximidades da confluência entre o anel rodoviário e avenida Presidente Carlos Luz. Inaugurado em 1991, como aquele que citamos na Regional Nordeste, este centro de compras veio contribuir para as mudanças no perfil do consumo em Belo Horizonte, assim como outras capitais.

---

<sup>9</sup> Sabe-se que o fato se repetiu em Brasília, na qual os planejadores ousaram pensar que a massa de milhares de “candangos” retornaria ao seu local de origem ao fim das obras da capital federal.

<sup>10</sup> Podemos ver esse esforço na perspectiva do governo estadual em Diniz (1981).

<sup>11</sup> Curiosamente, o bairro Dom. Cabral, contíguo a PUC, hoje uma região de classe média também marcada pela presença da população universitária, veio a se constituir inicialmente como um projeto de habitação popular, com o apoio da própria igreja e mobilização de população de baixa renda (Santiago 1999).

A presença destes centros possui grande importância na dinâmica sócio-econômica das cidades contemporâneas. Assim se dá na dinâmica do município como um todo e especialmente na região em seu entorno. Altera-se o mercado imobiliário e as decisões de localização residencial das famílias e empresas; impacta o sistema viário e requer investimentos em transportes; movimenta o mercado de trabalho e altera decisões de investimentos de outros agentes econômicos como firmas de natureza variada.

Nos últimos três anos e ainda em curso, um grande conjunto de investimentos em infraestrutura, a chamada Linha Verde, vem sendo implantada na região. Trata-se de uma série intervenções de grande porte ao longo das avenidas Antonio Carlos, Cristiano Machado e Bernardo Vasconcellos, além de obras na área central da cidade, voltadas principalmente para agilizar a acessibilidade entre a área central e o Aeroporto Internacional de Confins, implicando inclusive uma série ações fora do município de Belo Horizonte. Além disso, a obra se liga à transferência do centro administrativo do Governo do Estado para a região do Serra Verde, na área do antigo Hipódromo, no extremo norte da capital. Esta obra, a maior levada a cabo na capital nos últimos 20 anos, deve representar uma mudança forte no ordenamento do espaço de Belo Horizonte. Voltaremos a este tópico, com mais vagar, adiante.

### *Regional Norte*

A ocupação da área da Regional Administrativa Norte, zona de expansão da cidade, levados em conta os limites definidos pela configuração original, aconteceu de forma gradativa. Esta tem início por volta da década de 1930, em áreas públicas, onde hoje se localizam bairros pioneiros como, São Paulo, Primeiro de Maio e São Bernardo, embora haja na região registros de algumas ocupações mais antigas, como o chamado Povoado do Onça (PBH 2003).

Assim como regiões mais próximas ao centro a região era ocupada por fazendas no início no século XX. Posteriormente, estas fazendas deram origem a povoados. As transformações vividas pela cidade a partir de 1930 rebatem também nesse até então distante espaço do território da capital. Ganha impulso a política de criação de vilas operárias, como possível solução para a questão habitacional (PBH 2003): lotes de tamanhos reduzidos em regiões “distantes”, com preços menores.

Como o território da Regional Norte está para além da Nordeste, a qual é também contígua, o impacto da mudança no sistema viário pela implantação da av. Cristiano Machado em substituição a rua Jacuí como principal via de acesso, foi igualmente grande naquela região. Esta última via é até hoje um importante corredor da capital, apesar de ter sido alterada fortemente pela abertura da Cristiano Machado<sup>12</sup>. Assim também, a R. Norte constitui área de impacto da implantação do complexo comercial - *shoppings*, hipermercado e hotel – citados acima na R. Nordeste.

Como em outras épocas e lugares da capital, o crescimento desordenado na região provocou a ocupação de áreas impróprias ou despreparadas para a habitação: morros, áreas íngremes, margens de córregos. Não por acaso, são frequentes na região os desastres motivados por chuvas e enchentes. A

---

<sup>12</sup> . Nascendo praticamente no anel da Avenida do Contorno, a Rua Jacuí prossegue pelos bairros mais antigos da Leste e sintomaticamente se desvia da área central da Nordeste – onde está a Cristiano Machado – percorrendo bairros tradicionais como Concórdia, Renascença e Ipiranga, e não os mais recentes como Cidade Nova. Finalmente, a Cristiano Machado se superpõe à Jacuí, que desaparece nas imediações da confluência de ambas com a av. Bernardo Vasconcellos, só reaparecendo após o cruzamento com o Anel Rodoviário, próximo ao local onde se situava o antigo Matadouro Municipal, já mencionado. Atualmente, a Jacuí chega de forma “desnordeada” à entrada do bairro São Gabriel e ali estaca ao lado do pátio do trem metropolitano. Pelo menos até o início dos anos 1990, porém, ela se transformava na rodovia estadual que ligava Belo Horizonte a Santa Luzia, percorrendo áreas onde existiam, ou que vieram a se formar as suas margens, bairros populares no extremo nordeste da capital, como Arão Reis, Tupi, Guarani, Ribeiro de Abreu e Monte Azul, até atingir os limites do município. A exposição da trajetória de uma rua como se vê, ajuda a entender como o espaço da cidade literalmente expressa a materialização e superposição de tempos e espaços que se constroem interagindo com transformações socioeconômicas. A trajetória da Jacuí termina por ser um pouco a das Regionais Nordeste e Norte da cidade.

região convive com um quadro de contrastes. Bairros onde se estabeleceu população de melhor poder aquisitivo, melhor servidos por infra-estrutura urbana, e de outro, bairros e vilas com população carente onde não se oferecem aos seus moradores condições mínimas de moradia. O padrão é uma tendência de deslocamento da população mais carente para regiões cada vez mais afastadas e sem estrutura. É ainda a região que concentra maior número de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, promovidos pelo poder público (PBH 2003). Resta, porém investigar se estes também não têm passado pelo mesmo processo de substituição de população pelo mecanismo de renda da terra e outros que podem concorrer para o deslocamento de famílias para além dos limites do município.<sup>13</sup>

Situada entre 02 aeroportos, Confins e Pampulha, a região obteve um eixo de integração com a implantação da linha do metrô, que liga a estação Minas Shopping a Venda Nova. O conjunto de investimentos em infra-estrutura da Linha Verde a que nos referimos acima deve ter impactos expressivos sobre a população e o espaço da R. Norte, uma vez que *no mínimo*, as condições de acessibilidade da região se alteram totalmente.

### *Regional Oeste*

A R. Oeste possui tanto áreas de ocupação antigas quanto regiões que ainda possuem alguma capacidade de adensamento. As primeiras são as próximas do centro. Bairros da região, como Prado e Calafate, dividem com Floresta, Lagoinha e Serra a primazia em ocupação, até mesmo antes de áreas dentro da Contorno. É uma característica peculiar desta região da cidade que a ocupação de algumas áreas tenha se iniciado da periferia e avançado em direção ao centro. Em pontos tão distantes dos limites da Contorno, como a região do bairro Gameleira há registros de regularização de lotes e linhas de transporte coletivo de passageiros em circulação no fim da década de 1920 (Santiago 2006, p. 440 e 442). A própria estação ferroviária da Gameleira<sup>14</sup>, que viria emprestar seu nome a estação do trem metropolitano inaugurada nos anos 1980, teve sua criação proposta no plano de reestruturação urbano do engenheiro L. Continentino de 1941 (Santiago 2006). O que houve ali, portanto, foi a inversão da ocupação clássica do centro para a periferia que nessa área de Belo Horizonte ocorre também do sub-urbano para o urbano, dada a divisão original da cidade, como se de certa forma o sub-urbano “tomasse de assalto” o urbano. Entretanto, como a área da regional atinge praticamente os limites do município, ainda se encontram áreas de baixa densidade para os padrões da capital e da própria regional<sup>15</sup>.

A instalação de plantas industriais hoje transformadas em centros de oferta de serviços urbanos especializados também marca a região. Ali também uma das fábricas de tecidos que funcionou na capital, se localizava onde está hoje um campus universitário na rua Erê. Assim, mais uma vez, a instalação de um *shopping center* pode ser considerado fator importante de organização do espaço nesta região da cidade. A instalação, em 1978, do primeiro grande *shopping* da capital, nos limites do município, confluência das avenidas Raja Gabaglia e Nossa Senhora do Carmo (BR-356) alterou profundamente o configuração da região. A dinâmica de ocupação e o perfil da população e infra-estrutura encontrados em bairros como Estoril, Buritis e Olhos D’água refletem esse processo.

Mesmo em anos mais recente, a região apresenta-se, ainda, como uma área de expansão urbana. Bairros como Buritis e Estoril tornaram-se, em termos de infra-estrutura, organização do espaço e oferta de serviços um prolongamento do que é típico na região Centro-Sul (PBH 2003). Sendo que esta

---

<sup>13</sup> É sabido que operam em regiões metropolitanas como a de Belo Horizonte mecanismos conjuntos de exclusão espacial que levam ao transbordamento de populações que se deslocam para os municípios do entorno (Brito e Souza 2005). Para o caso de da RMBH veja Brito e Souza (1998) e Matos et al. (s.d.).

<sup>14</sup> sua criação constava, segundo Santiago (2006) do plano de reestruturação urbano do engenheiro L. Continentino.

<sup>15</sup> Apenas para que se tenha idéia do fato: a densidade demográfica média da capital é de 6.763,39 habitantes por km<sup>2</sup>; a da própria Regional Oeste é de 8.573,38 hab/km<sup>2</sup>. No entanto existem internamente existem áreas como Estoril/Buritis/ Pilar Oeste com 2.122,03 hab/km<sup>2</sup>; Jardim América com 10.678,67; Barroca 11.986.30 hab/km<sup>2</sup> e *caso especial* e extremo do aglomerado Morro das Pedras 18.682,46. Comparando coisas comparáveis, há grande distância entre o adensamento nos casos do J. América, Barroca e Estoril/Buritis.

última apresenta-se bem mais “congestionada” em termos populacionais, aquele eixo de ocupação torna-se ainda mais importante.

Em uma visão mais detalhada, identificam-se gradientes internos de adensamento na Regional, como por exemplo o adensamento (inclusive já vertical) que corre do Buritis ao Palmeiras; Gutierrez para Betânia/Palmeiras; do Nova Suíça ao Jardim América (PBH 2003). Em casos de bairros antigos, consolidados - como Prado e Calafate - não se pode falar em eixos de expansão territorial. No entanto ocorre “expansão por verticalização”, em especial junto a terrenos mais valorizados, como próximo à av. Amazonas (PBH 2003).

Um fator muito importante é a presença na região Oeste de aproximadamente vinte e cinco mil pessoas, distribuídos entre as diversas vilas<sup>16</sup>, dentro do Aglomerado do Morro das Pedras. Uma das regiões com maiores problemas da capital, reúne famílias em situação de forte vulnerabilidade, inclusive com um dos mais altos índices de violência do município.

### *Regional Pampulha*

Durante a década de 1930 teve início o represamento do ribeirão Pampulha para construção de uma barragem, que deveria ajudar no controle de cheias e no abastecimento de água da cidade. Na década seguinte seria implantado um conjunto urbanístico e arquitetônico da orla da Pampulha, um dos marcos arquitetônicos e pólo turístico da cidade da cidade em função da arquitetura modernista de Oscar Niemeyer.

Completando a organização do espaço voltado para o lazer na cidade, foi inaugurado em 5 de setembro de 1965, o Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, integrado ao conjunto arquitetônico e paisagístico da Pampulha e com capacidade para 100 mil pessoas. Além disso, temos o Ginásio do Mineirinho, inaugurado em 1980 e com capacidade para 25 mil pessoas, usado em jogos, shows e eventos culturais diversos. Na região, incorpora-se o Aeroporto da Pampulha, de construção anterior a represa e distante 9 km do centro da cidade.

Em um território de 33 km<sup>2</sup>, a região da Pampulha está dividida atualmente em 43 bairros, entre os quais 17 vilas. Com uma população próxima a 140.000 habitantes, é a região onde se observa, mais claramente, o contraste social. Sua ocupação inicial, norteadas por investimentos amplos e até mesmo suntuosos, contrasta com o crescimento populacional em áreas carentes de infra-estrutura. Vale lembrar que a Pampulha faz limites com as Regionais Norte e Venda Nova, ambas com perfil de baixa renda e a ocupação das suas áreas limítrofes tendeu a ser feita em condições precárias, em loteamentos sem estrutura, locais de difícil acesso, entre outros problemas.

Atendida em especial pelas avenidas Pres. Antonio Carlos e Pres. Carlos Luz, a Pampulha convive com a presença do principal campus da UFMG, o que é um fator complicador de seu trânsito em especial em dias de jogos e eventos no complexo turístico ou nos estádios (Mineirão ou Mineirinho).<sup>17</sup>

### *Regional Venda Nova*

A origem da ocupação da região de Venda Nova remonta ao séc XVIII. A área era então vinculada a Vila de Sabará, assim como o distrito de Curral D’El Rey que viria a se tornar Belo Horizonte. Curiosamente, o povoado parece dever a sua origem ao fato de ser uma rota de passagem de tropas. “Segundo tradição popular, o povoamento de Venda Nova começa por volta de 1711, quando ali

<sup>16</sup> Vilas São Jorge I, II e III, Vila Leonina, Vila Cascalho, Vila Antena, Vila Pantanal e Vila Santa Sofia (PBH 2003).

<sup>17</sup> Deve-se ter em conta desde já que em 2014 Belo Horizonte devereá ser umas das sedes de jogos do Mundial de Futebol da Fifa, e que o uso deste complexo de eventos esportivos atingirá um nível sem precedentes.

faziam pouso tropeiros que passavam com gado e mercadorias para abastecer as minas de ouro” (PBH 2003).

Venda Nova esteve sucessivamente ligada administrativamente a Sabará, ao Curral D’el Rey, a Santa Luzia e ao antigo município de Campanha (atual Justinópolis, distrito de Ribeirão das Neves). Em 1949, foi ligada a Belo Horizonte, pela lei Estadual N° 336, de 27/12/1948 (PBH 2003).

A ocupação das terras da região até meados do séc XX, era marcada por grande presença de sítios e chácaras. A partir do final da década de 1950 muitos proprietários dessas terras começaram a vendê-las a imobiliárias, temendo uma propalada Reforma Urbana de que muito se falou à época. Estas imobiliárias ou os próprios donos abriram loteamentos, muitos sem infra-estrutura. Os baixos preços destes lotes atraíram compradores rapidamente, pois em outras regiões da cidade já não se achavam as mesmas condições para famílias de baixa renda. Muitas dessas famílias eram de migrantes, população de baixa qualificação que vinha do campo em busca de melhores oportunidades. Esse incremento de população acelerado aliado à falta de infra-estrutura está na base de muitos problemas da região (SMAR-PBH)<sup>18</sup>.

Entre os anos de 1940 e 1970, a população de Belo Horizonte passaria de 272 mil para mais de 1,2 milhões de habitantes. Parte deste crescimento se deu através de fluxos migratórios, grande parte do qual formado por população de baixa renda, tendendo a fixar moradia em bairros distantes da área central, em especial o de Venda Nova. Venda Nova ampliou sua população em quase cinco vezes entre 1970 e 2000 (485%) enquanto a cidade não chegou a dobrar de tamanho no mesmo intervalo (80.2%). A população da região cresceu a taxas *anuais* de 12.4, 3.7 e 2.4, respectivamente nos decênios 1970/80, 1980/1990 e 1990/2000. A desaceleração do ritmo de crescimento recente deve-se, entre outros fatores, ao própria saturação do potencial de ocupação da região, além de que ali também já opera o mecanismo de renda da terra, deslocando a população mais pobre agora para fora mesmo dos limites de Belo Horizonte (Brito e Souza 1998).

A implantação da Linha Verde e do novo centro administrativo do estado deve trazer alterações importantíssimas na configuração econômica e sócio-espacial desta área da cidade. Em primeiro lugar deve haver forte melhoria no acesso rodoviário à região. Além disso, a construção do novo centro administrativo do estado na área do antigo Hipódromo Serra Verde parece ser o grande fenômeno na recomposição de forças no mercado imobiliário deste fim de década. A construção e funcionamento deste grande equipamento urbano implicarão um novo perfil de demanda de bens e serviços, como também do mercado de trabalho. Outra será a demanda por imóveis comerciais e domiciliares e a atuação de mecanismos de renda da terra.

O deslocamento do eixo de transporte aéreo do aeroporto da Pampulha para Confins também deve jogar um importante papel na alteração da economia local. A condição de sede do governo estadual e a proximidade com o principal aeroporto do Estado podem colocar em operação um tipo de circuito entre o Serra Verde e Confins que venha a passar ao largo da região central do município, ainda fortemente monocentral.

Para uma região que vinha sendo até antes do início dos novos investimentos não mais que um espaço de passagem, são mudanças radicais. Até então a região, onde existe um conjunto habitacional antigo construído ainda nos anos 1980, vinha sofrendo muito mais um processo de desvalorização imobiliária tanto pela proximidade com bairros ainda mais desestruturados em municípios vizinhos - como Vespasiano e São José da Lapa - como talvez estivesse a indicar a decadência em que se

---

<sup>18</sup> Como indício da rapidez da ocupação da área diga-se que Venda Nova teve a seguinte evolução de tamanho de população nos anos censitários de 1970, 1980, 1991 e 2000: 41.454, 133.730, 191.984 e 242.873 (Cedeplar 2004), ou de outra forma, houve praticamente a multiplicação por cinco do número de habitantes em 30 anos.

encontrava o próprio espaço do antigo Hipódromo, sem corridas desde de 2002 e desativado definitivamente em 2006.<sup>19</sup>

Há grandes expectativas quanto à melhoria das condições de vida da população da região. Há, no entanto, a necessidade de que as intervenções governamentais tenham em conta também a situação da população de baixa renda das imediações para que as transformações não venham a repetir mais uma vez apenas o deslocamento da população de baixa renda que ali vive para áreas ainda mais afastadas e em condições de vida e moradia ainda piores.

### *Regional Barreiro*

A ocupação da área hoje conhecida como Região Administrativa Barreiro, assim como o da Regional Venda Nova, remonta ao século XVIII, com a formação de uma colônia agrícola. O nome teria vindo da antiga Fazenda Barreiro, fundado no séc XIX (PBH 2003).

Após a construção da nova capital, a ocupação da região se deu apenas de forma tardia. No final dos anos 40, o governo do Estado intermediou negociação entre os proprietários da Fazenda Barreiro e um grupo estrangeiro, resultando na cessão da área para construção de uma das primeiras siderurgias do estado, a Mannesmann. Anos mais tarde, acontece a criação do Centro Industrial do Jatobá, abrigando indústrias de diversos ramos e finalmente o novo Centro Industrial do bairro Olhos D'Água, completando o perfil de aglomerado industrial da região, inclusive com forte concentração de famílias de operários.

Ainda assim, mesmo tendo se alterado ao longo do tempo, o desenvolvimento vinculado à indústria tradicional conferiu ao Barreiro certo grau de autonomia e um potencial de polarização especialmente em serviços básicos com relação ao entorno conurbado com os municípios vizinhos<sup>20</sup>. Desta forma o Barreiro é em verdade o centro de uma região que extrapola o contorno do município, polarizando uma área onde vivem aproximadamente 500 mil pessoas, residentes também nos municípios de Contagem, Sarzedo e Ibité. Esta situação cria pressões de demanda sobre a oferta de serviços essenciais, que se tornam insuficientes em quantidade e qualidade. O fato se agrava em função da indisponibilidade local de serviços complexos e especializados, em especial em saúde e educação (PBH 2003).

A região do Barreiro dista 18 km do centro da capital. Sua ligação com o centro de Belo Horizonte é feita especialmente através da avenida Amazonas, apesar de haver opção de passagem pela Via Expressa. O longo trajeto entre esses pontos e o fato do mesmo se dar através de uma região de alta densidade populacional torna o trajeto cada vez mais conturbado, sendo as retenções diárias em horários de pico um lugar comum.

Outro aspecto importante, que decorre do que dissemos sobre a posição de centralidade do Barreiro em relação a população dos municípios vizinhos, é que a questão da saturação da estrutura de transportes na região vem a ser um problema não apenas do município, mas da região metropolitana, o que indica que no futuro posições e investimentos a respeito terão que pensados em nível metropolitano e não municipal.<sup>21</sup>

Resta dizer que a extensão do trem metropolitano até o Barreiro vem a ser uma das principais exigências da humanização e eficiência do transporte público em Belo Horizonte e região metropolitana para a próxima década. A Regional possuía em 2000 cerca de 262 mil habitantes (Censo

---

<sup>19</sup> A última corrida de cavalos foi realizada no Serra Verde no dia 07/02/2002, o lugar continuou a existir como centro de preparação para cavalos que corriam em outros lugares. No dia 15/02/2006 o governo o estado desapropriou o terreno para a construção do novo centro administrativo do estado.

<sup>20</sup> Cerca de 65% dos atendimentos pediátricos na Unidade de Pronto Atendimento do bairro Jatobá refere-se a moradores do município vizinho de Ibité; assim também, aproximadamente 40% das vagas do sistema municipal de ensino, nas áreas limite da cidade, são ocupadas alunos de municípios próximos (PBH 2003).

<sup>21</sup> Este fato é igualmente válido para pensar a situação de conurbação do eixo norte da capital.



Demográfico IBGE, 2000) e participa significativamente da produção de riqueza no município<sup>22</sup>, sendo urgente, portanto reverter esse que é um dos importantes gargalos para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

### 3. Nova visão a partir da infra-estrutura urbana

Com o objetivo de analisar a atual regionalização do município de Belo Horizonte em um contexto de infra-estrutura urbana, apresentamos uma regionalização alternativa orientada para nosso objetivo analítico. A caracterização e comparação desta regionalização alternativa com o atual recorte geográfico do município ajudam a identificar disparidades existentes intra e inter-regionalmente, no que tange à infra-estrutura domiciliar e ao acesso a serviços públicos básicos.

As variáveis consideradas neste trabalho, extraídas dos dados do Censo Demográfico 2000 são: Renda domiciliar *per capita*; densidade de moradores por dormitório; percentual de habitações sub-normais; percentual de domicílios improvisados; percentual de domicílios localizados em cômodos ou similares; percentual de domicílios com abastecimento de água por rede geral; percentual de domicílios com água canalizada em pelo menos um cômodo; percentual de domicílios com banheiro; percentual de domicílios com esgotamento por rede geral; percentual de domicílios com coleta de lixo por serviço de limpeza e percentual de domicílios com acesso à iluminação pública. Apresentamos em anexo as médias das variáveis por Regionais Administrativas.

O recorte geográfico que adotamos para a identificação dos conglomerados espaciais foram as Áreas de Ponderação, definidas pelo IBGE. Trata-se do menor recorte regional disponibilizado nos dados amostrais do Censo Demográfico.

Considerando nesse trabalho região sob a ótica da homogeneidade em infra-estrutura domiciliar, faz-se necessária para a regionalização do espaço de Belo Horizonte a utilização de alguma técnica de agrupamento restrita à contigüidade geográfica das áreas de ponderação. Para tal, utilizamos para a regionalização o método *Skater*, baseado na Árvore Geradora Mínima (Assunção et al., 2002).

Cabe ressaltar que a regionalização apresentada neste trabalho não deve ser considerada como uma proposta de regionalização para pesquisas com quaisquer outros objetivos que não de estritamente analisar a homogeneidade da infra-estrutura domiciliar no município de Belo Horizonte, nas dimensões aqui utilizadas. A definição deste escopo restrito para o delineamento das regiões possui a vantagem de chegar a resultados mais precisos para o objetivo deste trabalho, mas pode gerar grandes distorções caso sejam outros os objetivos para os quais a regionalização possa ser utilizada. O fato de não incluirmos aqui variáveis ligadas diretamente às dimensões físicas, políticas, históricas e culturais, entre outros fatores, deve estar sempre em vista, embora nossa exposição acima venha servir de base para a análise, operando em outra dimensão de compreensão. Em suma, não se propõe aqui uma nova regionalização para a cidade. Buscamos apenas investigar as disparidades existentes na atual regionalização em relação à infra-estrutura domiciliar, refletidas na diferença entre o desenho regional atual e o que se teria por um recorte focado *somente* neste limitado escopo.

#### Procedimentos empírico-metodológicos

Cabe uma breve descrição da metodologia de partição *Skater*, baseado na Árvore Geradora de Mínimos (Assunção et al., 2002). Pelo método, o mapa das áreas de ponderação de Belo Horizonte, conforme definição do IBGE adotada no Censo Demográfico 2000, é transformado em um grafo em que o centróide de cada unidade territorial de análise é ligado aos centróides de seus vizinhos (unidades com fronteira geográfica comum) por arestas. A cada uma destas aresta, é associado um valor C, baseado no vetor de atributos das unidades de análise.

---

<sup>22</sup> Segundo dados da PBH, a região responde por 38% do VAF (Valor Agregado Fiscal) municipal e gera em torno de 28 mil postos de trabalho, uma estrutura tradicional de serviços e comércio, de porte significativo (PBH 2003).

Aqui, C de cada aresta é dado por:

$$C(i,k) = \sqrt{\sum_{j=1}^J (x_{ij} - x_{kj})^2} \quad (1)$$

em que i e k são diferentes áreas de ponderação e j é o vetor de atributos de cada uma.

Em seguida, para se obter a árvore geradora mínima, são selecionadas as arestas de menor índice C, até que o número de arestas selecionadas seja igual ao número de nós (áreas de ponderação) menos 1. No nosso caso, é preciso selecionar 58 arestas, já que são 58 áreas de ponderação.

Para partição da árvore, ou melhor, definição dos conglomerados, são escolhidas e eliminadas k -1 arestas, para se definir k regiões. Segundo a proposição dos autores, o benefício de se apagar uma aresta qualquer é dado pela diferença entre (a) e (b):

(a) É a soma dos quadrados dos desvios no espaço das variáveis em relação à média de todas as áreas da árvore, denominada SSTO:

$$SSTO = \sum_{j=1}^J \sum_{i=1}^n (x_{ij} - \bar{x}_j)^2 \text{ em que } , \quad \bar{x}_j = \sum_{i=1}^n \frac{x_{ij}}{n} \quad (2)$$

J é o número total de atributos, n é o número total de áreas de ponderação e  $x_{ij}$  é o valor do atributo j na área de ponderação i.

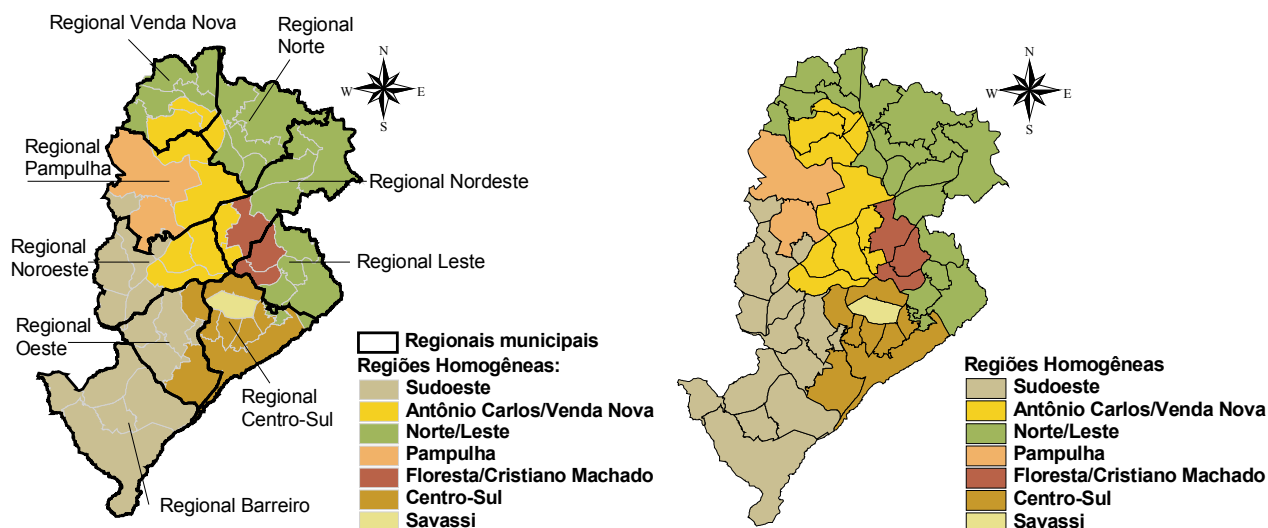
(b) É a soma de quadrados dos desvios no espaço em relação à média das variáveis de dois conglomerados resultantes da eliminação de uma aresta, chamada SSA. Quanto menor SSA, mais homogêneos serão os conglomerados resultantes.

Assim, considerando como benefício de se eliminar uma aresta  $SSTO - SSA$ , tem-se que um alto benefício associado à aresta indica que seu desaparecimento vai gerar conglomerados homogêneos.

Com base nessas definições, o que se faz é eliminar a aresta que gerará maior benefício, criando duas regiões. Em seguida, repete-se o procedimento dentro de cada conglomerado resultante e apaga-se a aresta de maior benefício entre aquelas do dois conglomerados. O algoritmo é finalizado quando forem criadas as k regiões desejadas, o mais homogêneas possível.

#### 4. Resultados: a regionalização alternativa

A partição do território de Belo Horizonte com o objetivo de serem formadas regiões cuja infraestrutura domiciliar fosse internamente a mais homogênea possível, através do método Árvore Geradora Mínima, resultou em sete regiões, apresentadas na FIG. 2, denominadas Antônio Carlos/Venda Nova, Centro-Sul, Floresta/Cristiano Machado, Norte/Leste, Papulha, Savassi e Sudoeste. Não é demais lembrar que o método utilizado, como qualquer outro processo puramente estatístico, desconsidera as teorias que norteiam os objetivos de sua realização, sendo, portanto apenas uma ferramenta analítica facilitadora de nossa análise das regiões de Belo Horizonte. A título de comparação entre os indicadores, apresentamos na TAB. 1 as médias municipais para as variáveis utilizadas em nossa regionalização.



**FIGURA 2: Regiões Homogêneas em acesso à infra-estrutura domiciliar**  
 Fonte: Elaboração própria.

As regiões homogêneas a que chegamos são bem diferentes as regionais municipais de Belo Horizonte. A região homogênea com maior número de áreas de ponderação é a Norte/Leste. Com 19 APs, a região se estende desde o norte da Regional Venda Nova até boa parte da Regional Leste, passando pelas regionais Norte e Nordeste, chegando inclusive à AP Cafezal, pertencente à Regional Sul. Toda essa área que abrange cinco regionais apresenta os piores indicadores de infra-estrutura domiciliar de Belo Horizonte. 2% dos domicílios dessa região são compostos apenas pelo cômodo, 3% não possui banheiro, 17% são classificados como sub-normais e a renda domiciliar *per capita* é de R\$ 264,58.

**TABELA 1: Médias municipais das variáveis de acesso à infra-estrutura domiciliar**

Renda domiciliar per capita (R\$)	546,29	Abastecimento de água por rede geral (%)	98,67
Densidade de moradores por dormitório	2,07	Água canalizada em pelo menos um cômodo (%)	97,26
Habitações sub-normais (%)	12,26	Domicílios com banheiro (%)	98,09
Domicílios improvisados (%)	0,29	Esgotamento por rede geral (%)	91,34
Domicílios localizados em cômodos ou similares (%)	1,28	Coleta de lixo por serviço de limpeza (%)	97,79
		Iluminação pública (%)	96,81

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Outra área homogênea que abrange várias regionais é a Sudoeste, que compreende toda a Regional Barreiro, boa parte da Regional Oeste, a porção oeste da Regional Noroeste, chegando até a área de ponderação Sarandi, ao sul da Regional Pampulha. Composta por 15 áreas de ponderação, é a segunda maior região homogênea. Dentre os atributos que mais diferenciam esta região das demais estão sua renda domiciliar *per capita* (R\$ 328,11) e a densidade de moradores por dormitório (2,16).

Em conjunto, essas duas regiões homogêneas, que possuem os mais baixos indicadores de infra-estrutura, compreendem quase a totalidade do entorno periférico de Belo Horizonte, abrangendo 34 das

58 APs do município. A coincidência entre a posição geográfica e os baixos indicadores de infraestrutura não é fortuita. Como já apresentado, o processo de ocupação do território de BH se deu de forma que se dirigiram a estas regiões famílias de baixa renda, excluídas da área central. E como podemos perceber pelo desenho desta região homogênea, o peso da história ainda se sobrepõe à busca de integração e redução das disparidades.

Dentre as regiões homogêneas que perpassam várias regionais municipais, cabe destacar ainda a Antônio Carlos/Venda Nova, que compreende 10 APs pertencentes às regionais Noroeste, Nordeste, Pampulha, Norte e Venda Nova. O recorte dessa região homogênea segue o trajeto de um dos principais eixos de transporte da capital: a Avenida Antônio Carlos. Eixo este que teve papel de grande importância na ocupação do território municipal e que, recentemente, vem sofrendo grandes transformações com a sua duplicação. A região apresenta indicadores de infraestrutura intermediários: a renda domiciliar *per capita* na região é de R\$ 509,67 e apenas 1% de seus domicílios não possui acesso a abastecimento de água por rede geral ou coleta de lixo. Entretanto, 12,5% são domicílios classificados como sub-normais e 1,4% são apenas cômodos.

Vizinha à esta região tem-se a Pampulha, que mais uma vez demonstra o peso da história na configuração recente do município. Talvez a maior intervenção urbanística no município após sua criação, realizada enquanto era prefeito Juscelino Kubitschek, a construção da Pampulha teve grandes impactos na ocupação do território de Belo Horizonte. A região homogênea compreende, além da AP homônima, a AP Castelo. Da ocupação original requintada permanecem alguns elevados indicadores de infraestrutura, mas que convivem com outros preocupantes. Ao mesmo em que possui renda domiciliar per capita de R\$ 899,46, 21% de seus domicílios não tem acesso a esgotamento sanitário por rede geral. Todavia, a construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça, iniciada em 2002, e as obras de infraestrutura conjuntas, parecem indicar no sentido de modificações neste indicador no próximo Censo Demográfico, a ser realizado em 2010.

Do outro lado da Antônio Carlos/Venda Nova aparece a região Floresta/Cristiano Machado, circundada por algumas das principais avenidas de Belo Horizonte, como Contorno, o Anel Rodoviário e o começo da Avenida Cristiano Machado, objeto de uma das maiores intervenções recentes do governo estadual no município, a saber, a Linha Verde. De ocupação contemporânea à fundação da capital, contendo alguns dos bairros que se tornaram tradicionais na cidade tais como Floresta, Santa Tereza, Sagrada Família, Santa Efigênia, e também outros de ocupação posterior como Colégio Batista, Instituto Agrônomo e Cidade Nova, a região compreende três APs: Floresta/Santa Teresa, Instituto Agrônomo (ambas da Regional Leste) e Cristiano Machado (Regional Nordeste). Em média, estas três APs possuem renda domiciliar per capita média de R\$ 784,46 e apenas 1,8% de seus domicílios são classificados como sub-normais, indicador superado apenas pela região da Savassi.

A região Centro-Sul é a que mais se aproxima do desenho de uma das regionais atuais, de mesmo nome. À exceção da AP Cafezal, definida pela estimativa como pertencente à região Norte/Leste, à incorporação das APs Barroca e Estoril/Buritis, e à “emancipação” da AP Savassi, o recorte da região e regional Centro-Sul são os mesmos. Se os indicadores de infraestrutura desta região homogênea já a destacam das demais, a área por ela circundada, Savassi, possui diferenciais ainda maiores. A renda domiciliar per capita na região Centro-Sul é de R\$ 1521,69, e na Savassi, R\$ 2239,03, valor esse 8,46 vezes maior que a média na região Norte/Leste. Enquanto no Centro-Sul tem-se 8% de domicílios considerados sub-normais, a região da Savassi não apresenta nenhum domicílio assim classificado.

Vista como um todo, a configuração espacial das regiões homogêneas remete claramente à idéia thuniana dos anéis concêntricos de renda fundiária. À exceção dos eixos de intervenção pública, como Pampulha e Av. Antônio Carlos, o que se percebe é a concentração da infraestrutura domiciliar na região central do município, com gradual precarização na medida em que se distancia do centro. Assim como em von Thünen, apenas as atividades capazes de arcar com o pagamento de uma maior renda fundiária urbana podiam se localizar próximas ao centro. Todavia, não se pode perder de vista o restrito

escopo que adotamos na construção desta regionalização. O desenho regional aqui apresentado é focado única e exclusivamente em atributos de infra-estrutura domiciliar, principalmente acesso a serviços públicos, como abastecimento de água por rede geral, canalização, esgotamento sanitário, iluminação pública e coleta de lixo. Portanto, não seria de se esperar o mesmo padrão tal qual apresentado por von Thünen, baseado nas leis de oferta e demanda de mercado.

Em relação ao desenho atual das regionais, o que se percebe é a segregação em diferentes regionais de espaços homogêneos, principalmente nas áreas periféricas do município. Ao mesmo tempo, tem-se a convivência sob um mesmo recorte administrativo de heterogeneidades claras em regionais como Nordeste, Venda Nova, Leste e Pampulha.

**TABELA 2: Desvios-padrões em relação à média dos atributos de infra-estrutura considerados, de acordo com Regionais Administrativas e regiões homogêneas**

Atributos	Regionais Administrativas (1)	Regiões Homogêneas (2)	Razão (2)/(1)
Renda domiciliar per capita (R\$)	388,50	715,00	1,84
Densidade de moradores por dormitório	0,18	0,34	1,82
Habitações sub-normais (p.p.)	7,26	6,00	0,83
Domicílios improvisados (p.p.)	0,14	0,13	0,89
Domicílios localizados em cômodos ou similares (p.p.)	0,52	0,69	1,33
Abastecimento de água por rede geral (p.p.)	0,38	0,58	1,52
Água canalizada em pelo menos um cômodo (p.p.)	0,69	0,91	1,32
Domicílios com banheiro (p.p.)	0,42	0,91	2,15
Esgotamento por rede geral (p.p.)	3,35	7,25	2,16
Coleta de lixo por serviço de limpeza (p.p.)	0,65	1,02	1,57
Iluminação pública (p.p.)	1,06	1,80	1,70

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

Como podemos observar na TAB. 2, o desvio padrão de cada variável em relação às médias é menor nas Regionais Administrativas que nas regiões homogêneas. Esta constatação indica que o recorte espacial adotado atualmente é menos eficiente para a diferenciação regional. Apenas as variáveis de percentual de habitações sub-normais e domicílios improvisados são mais bem caracterizadas pelas Regionais Administrativas. Todas as demais têm seus diferenciais melhor representados pelas regiões homogêneas. O ganho nos desvios em relação à média chega a ser superior a 100% nos atributos de percentual de domicílios com banheiros e atendidos por rede geral de esgotamento. Ainda que nossos resultados estejam longe de uma proposta de regionalização para Belo Horizonte, esta configuração regional lança não só dúvida em relação à adequabilidade do atual desenho como instrumento de gestão, mas também motivação para investigações mais detalhadas.

## 5. Considerações finais

Belo Horizonte é, ao completar seus 110 anos de existência, uma das principais cidades brasileiras. Abriga mais de 2,3 milhões de habitantes e convive com os problemas típicos de grandes centros urbanos do mundo atual: crescimento rápido de deseconomias de aglomeração de diversos tipos; carência de investimentos em infra-estrutura; ação de mecanismos de exclusão com fortes rebatimentos espaciais que elevam o nível de desigualdades e oportunidades entre populações que vivem e se reproduzem no interior do tecido urbano.

Mesmo com o agravamento de vários destes problemas, a cidade possui, se comparada à média brasileira, razoável acesso de seus habitantes a amenidades urbanas e infra-estrutura. A abordagem das médias, no entanto minimiza a existência de problemas específicos em áreas onde a população vive, de

certa forma, sob a influência dos graves problemas urbanos, as deseconomias e dilemas da cidade contemporânea, tendo acesso a pouco ou quase nada das amenidades que tornam a cidade um espaço aprazível e/ou recompensador.

Enfrentar esses problemas do ponto de vista do cidadão comum e menos privilegiado não tem sido a tônica do planejamento, investimento e ações do poder público no Brasil. A definição de políticas de intervenção no espaço urbano na capital mineira também tem um histórico de forte viés da lógica do mercado na definição de investimentos prioritários. Investimentos públicos voltados para difundir condições gerais de produção no espaço e o avanço desigual nas condições de consumo coletivo e privado. Combinada a leniência seletiva com a propagação de loteamentos periféricos, freqüentemente ilegais que vieram a abrigar o rápido afluxo de população migrante e das primeiras gerações de famílias de belo-horizontinos autóctones, criou-se uma cidade com condições internamente díspares. Pode-se dizer, ademais, que as mesmas condições divergentes se encontram no entorno da capital, onde “a cidade explodiu sobre sua periferia, carregada e carregada pelas demandas do processo industrial” (Paula e Monte-Mór 2000).

Hoje, quando o tecido urbano da cidade tende a se consolidar nas regiões centrais e as periferias sofrem mais fortemente os problemas citados, planejar e agir dentro de uma lógica voltada para a diminuição de desigualdades é cada vez mais importante. Nessa direção o conhecimento das regiões e limites administrativos já definidos e em uso é uma ferramenta de grande importância. Este trabalho tenta contribuir para isso avaliando criticamente a regionalização administrativa atualmente em uso pela Prefeitura de Belo Horizonte com foco nas dimensões de infra-estrutura urbana básica e habitação.

Percebe-se que o papel do mecanismo de renda fundiária em combinação com o citado padrão de investimentos públicos funcionou como ordenador do tecido urbano empurrando populações de baixa renda para as áreas limítrofes do município e mesmo para a área conurbada metropolitana externa ao mesmo. Esta população, colocada em posições marginais ao centro comercial e núcleo original de ocupação convive – como se disse – longinquamente com as amenidades e oportunidades oferecidas pela cidade e se expõe às ausências e deseconomias mais pungentes geradas pelas falhas de coordenação e planejamento dos gestores públicos.

É claro também que é necessário investir em estudos mais “refinados” a respeito de uma vasta área da cidade que possui os piores índices de acesso à infra-estrutura, em especial no chamado vetor de expansão norte, onde a cidade se conurba com municípios como Vespasiano, Santa Luzia e São José da Lapa. Estes estudos devem ainda ter em conta as grandes mudanças que advirão da intervenção urbana da instalação da Linha Verde, a transferência do centro administrativo do estado para o Serra Verde e o incremento de uso do Aeroporto Tancredo Neves (Confins).

Finalmente destacamos que o estudo de aspectos da formação do espaço urbano em Belo Horizonte, voltado para entender as nuances históricas, regionais e estruturais ainda se apresenta carente e necessita de investimentos em pesquisa, especialmente quando se aproxima o momento de definições quanto às características da nova pesquisa censitária de 2010.

## Referências bibliográficas

- ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: O novo papel do local. In: CASSIOLATO, José Eduardo, LASTRES, Helena M.M.(ed). Globalização & inovação localizada: Experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999. p 181-198
- ASSUNÇÃO, R., LAGE, J., REIS, E. Análise de conglomerados espaciais via árvore geradora mínima. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estatística, v.63, n.220, p.7-24, 2002.
- BARRETO, A. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva**. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.
- BOUDEVILLE, Jacques. Los espacios economicos. Buenos Aires: EUDEBA, 1969.

- BRENNER N, 1998, "Between fixity and motion: accumulation, territorial organization, and the historical geography of spatial scales" **Environment and Planning D: Society and Space** 16(4) 459 – 481
- BRITO, F.A.R., SOUZA, J. **A Metropolização da Pobreza**. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a141.pdf>
- BRITO, F.A.R., SOUZA, J. **Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza**. São Paulo em Perspectiva; v. 19(4), 2005.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. & SIMÕES, R. Modernização e diferenciação econômica em Belo Horizonte. **VARIAHistória**, 18: 1997.
- CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**, New Jersey, Prentice-Hall, 1966, p.1-26
- CUNHA, A., SIMÕES, R., PAULA, J. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. 24p. (Texto para Discussão, 260).
- FOLHA DE SÃO PAULO. "SP é só 11ª em ranking de qualidade de vida das 27 capitais brasileiras". Caderno Dinheiro, 27/10/2005.
- LEFÈBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: New York: Basil Blackwell, 1991.
- LEMONS ET AL, **Belo Horizonte século XXI**. 2004
- MATOS, R; LIMA, C.F.; BRAGA, F.G. **Dispersão Demográfica nas Periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. S.d. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/mig\\_matos.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/mig_matos.pdf)
- MENDONÇA, J. G. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: MENDONÇA, J. G.; GODINHO, M. H. L. (Orgs.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 119-58.
- MONTE-MÓR. RLM. **New Urban Frontiers: Contemporary Tendencies in Brazil's Urbanization**. Cedeplar-UFMG. Texto para discussão n. 165. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20165.pdf>
- PERROUX, François. *A Economia do Século XX*. Porto: Herder, 1967.
- SANTIAGO, C. F. **O lugar de morar. Estado, Igreja e Moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte: O Bairro Dom Cabral, 1959/1981**. Dissertação (Mestrado), FAFICH-UFMG, 1999.
- SMAR-PBH (Secretaria Municipal de Administração Regional - PBH). "Perfil das Administrações Regionais de Belo Horizonte/ Perfil da Regional Oeste". Disponível em: <http://portal2.pbh.gov.br/pbh/index.html?idNv1=27&idConteudoNv1=&emConstrucaoNv1=N>. acesso em 03/04/2008.
- SIMÕES, R.; HERMETO, A. ; AMARAL, P., Rede urbana metropolitana: uma análise da estrutura terciária de Belo Horizonte. **Ensaio FEE**, v. 27, n. 2, p. 471-513, 2006.
- SOJA, E., 2001, **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**, Oxford, Blackwell.
- VON THÜNEN, J. H. **Isolated state**. Oxford, New York: Pergamon Press, 1966. 304 p.

## ANEXOS

**TABELA 3 – Média dos atributos considerados na regionalização por Regional Administrativa**

Atributos	Barreiro	Centro-Sul	Leste	Nordeste	Noroeste	Norte	Oeste	Pampulha	Venda Nova
Renda domiciliar per capita (R\$)	248,06	1503,65	476,14	417,47	459,45	268,20	619,25	669,26	272,09
Densidade de moradores por dormitório	2,21	1,69	2,11	2,14	2,05	2,30	1,98	1,92	2,19
Habitações sub-normais (%)	4,26	20,86	22,49	5,46	11,15	6,31	19,72	6,17	10,16
Domicílios improvisados (%)	0,38	0,14	0,37	0,54	0,18	0,44	0,20	0,24	0,16
Domicílios localizados em cômodos ou similares (%)	0,98	0,75	1,09	1,62	1,13	2,40	1,26	0,80	1,61
Abastecimento de água por rede geral (%)	98,41	97,98	98,73	98,69	99,25	98,34	99,07	98,50	98,66
Água canalizada em pelo menos um cômodo (%)	96,29	96,70	96,67	97,23	98,10	96,87	97,63	98,29	97,70
Domicílios com banheiro (%)	98,27	97,77	97,85	98,04	98,42	97,38	98,37	98,81	97,89
Esgotamento por rede geral (%)	88,62	95,12	91,46	92,52	93,34	87,36	95,25	89,69	85,90
Coleta de lixo por serviço de limpeza (%)	97,43	97,62	96,75	97,31	98,49	97,33	98,30	98,03	98,73
Iluminação pública (%)	94,61	97,45	97,79	96,65	97,81	95,88	97,06	95,96	97,18

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE.

**TABELA 4 – Média dos atributos considerados na regionalização por região homogênea**

Atributos	Sudoeste	Antônio Carlos / Venda Nova	Norte-Leste	Pampulha	Floresta/ Cristiano Machado	Centro-Sul	Savassi
Renda domiciliar per capita (R\$)	328,11	509,67	264,58	899,46	784,46	1521,69	2239,03
Densidade de moradores por dormitório	2,16	1,98	2,33	1,98	1,72	1,54	1,39
Habitações sub-normais (%)	12,17	12,52	16,85	8,96	1,86	7,92	0,00
Domicílios improvisados (%)	0,28	0,21	0,35	0,21	0,50	0,20	0,11
Domicílios localizados em cômodos ou similares (%)	1,18	1,40	1,91	1,27	0,40	0,32	0,02
Abastecimento de água por rede geral (%)	98,83	98,96	98,34	97,31	98,91	98,81	98,64
Água canalizada em pelo menos um cômodo (%)	97,15	97,80	96,33	97,43	98,28	98,49	99,06
Domicílios com banheiro (%)	98,12	98,57	97,00	98,77	99,52	99,11	99,67
Esgotamento por rede geral (%)	91,10	93,54	87,11	78,92	98,00	97,65	99,01
Coleta de lixo por serviço de limpeza (%)	97,82	98,82	96,67	96,76	98,83	98,73	99,03
Iluminação pública (%)	96,42	97,02	96,59	93,03	98,29	97,72	98,16

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico 2000, IBGE.